



Encontro Juvenil da Diáspora Africana em Portugal

Preparando a *Cimeira de Juventude África – Europa*

Caparica, 25-27 Maio 2007

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A Juventude Africana participante no *Encontro Juvenil da Diáspora Africana em Portugal*, preparatório da Cimeira de Juventude África Europa, assume-se como agente pleno da cooperação Euro-Africana, facilitadora e recurso fundamental para a aproximação entre os dois continentes e seu desenvolvimento harmonioso e sustentável.

Acreditamos que a realização, em Portugal, da Cimeira de Chefes de Estado UE-África durante a Presidência Portuguesa da UE, no segundo semestre de 2007, representará um momento político fundamental, há muito adiado, para a aproximação e cooperação para o desenvolvimento de África e da Europa. Aguardamos com expectativa a criação de um contexto político que permita que a Cimeira se realize e seja um sucesso.

Queremos construir um espaço de participação e cidadania juvenil activa nos nossos dois continentes e a realização desta Cimeira constitui um momento incontornável para fazer desta aspiração da Juventude, um compromisso partilhado e assumido pelos nossos Estados e Governos.

No contexto da preparação da Cimeira de Juventude África-Europa, associações Africanas de jovens e de estudantes em Portugal, associam-se ao Conselho Nacional de Juventude, ao Centro Norte-Sul do Conselho da Europa e ao movimento juvenil Europeu e Africano para promover um espaço de consulta e de resposta aos problemas e aspirações juvenis e em particular aos da Diáspora. Este documento resume um primeiro contributo para os demais processos de consulta a realizar na Europa e em África e para a própria Cimeira de Juventude.

Em Cooperação com:



**Centro Norte-Sul
do Conselho da Europa**



ODMs – Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

Os Chefes de Estado e de Governo comprometeram-se, na sequência da Declaração do Milénio (2000), com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e na luta conjunta para o seu alcance.

A consciencialização política de toda a sociedade civil, apresenta-se-nos como condição fundamental para o desenvolvimento deste grande projecto da humanidade. Esta nobre causa, exige a participação colectiva, a mobilização tanto das autoridades competentes como de todo o corpo social que acaba por ser a causa mobilizadora de todo este processo.

A questão do desenvolvimento em determinadas regiões, nomeadamente em África, tem sido condicionada por diversos factores culturais e ideológicos, entre outros. Os países têm os recursos mas o seu aproveitamento para o processo não é automático. Tendo em conta as condicionantes existentes, é necessário e urgente uma verdadeira parceria entre África e Europa em torno dos ODMs.

Este processo exige a cooperação inter-estatal mas também a colaboração conjunta de toda a sociedade. É neste sentido que acreditamos que se deve envolver, encorajar, apostar e capacitar a juventude como o grupo etário de maior representatividade social na demografia africana.

O alcance dos ODMs é um imperativo global.

Recomendações

Relembramos o compromisso assumido por vários países no sentido de atingirem a meta dos 0,7% do PNB para a Ajuda Pública ao Desenvolvimento. Apenas 5 países atingiram este objectivo, um compromisso que representa um forte incremento no apoio ao desenvolvimento.

Consideramos imperativo sensibilizar os cidadãos para a pressão política, pois são eles os decisores máximos. É necessário informar acerca dos Direitos Humanos (nomeadamente de género) para que possam exercer um poder de coação junto dos Governos dos seus países.

É necessário vocacionar as ajudas para as necessidades primárias, tais como, a educação, saúde e agricultura, bem como garantir o acesso a bens necessários à sobrevivência, tais como, a alimentação e medicamentos (principalmente de combate a doenças como o VIH/SIDA, malária, diarreia, etc).

É necessário coordenar os esforços num só sentido de modo que a ajuda seja bem direccionada e para isso é necessário haver uma maior coordenação entre os doadores e os parceiros. A ajuda deve ser direccionada para a área onde ela é mais necessária. Reforçamos o papel da Cooperação Técnica na área da formação de quadros de modo a que se tenha maior sustentabilidade a curto, médio e longo prazo.

Torna-se necessário o aumento da ajuda e conseqüentemente encontrar novas formas de financiamento (taxas de ambiente e aeroportuárias que reverteriam a favor de fundos para o desenvolvimento, foram algumas das ideias apresentadas). O endividamento dos países do continente africano é uma barreira para o seu desenvolvimento, por isso a questão do alívio ou até mesmo o perdão da dívida devia estar no topo da agenda.

É imperativo uma cultura democrática em África, baseando-se no respeito e na preservação dos Direitos Humanos.

É necessário estabelecer o reforço das instituições regionais africanas de modo a que haja uma solidariedade entre as mesmas, tanto a nível interno como externo.

É necessário proceder à cooperação entre os Estados e os diferentes actores no que diz respeito às trocas de informações e à partilha de instrumentos políticos que possam promover intercâmbios de boas práticas conducentes ao desenvolvimento.

É necessário criar estruturas capazes de fomentar, impulsionar e apoiar a criatividade e o empreendedorismo juvenil, de modo a inculcar o sentido do bem comum assim como estabelecer a cumplicidade entre os povos do Norte e do Sul.

Chamar a atenção para a vulnerabilidade do grupo das crianças e jovens (sujeitos sem meios de se oporem) e reclamar mecanismos de defesa em relação às situações constrangedoras ao seu desenvolvimento.

Impedir a todo o custo o tráfico humano, através de políticas severamente coercivas sobre os seus promotores ou responsáveis. Definir quadros de cooperação de modo a identificar as principais rotas do tráfico e coordenar esforços para a sua supressão.

É necessário fomentar a boa governação e o fortalecimento do papel da sociedade civil como sedimento da comunidade através de vários canais, nomeadamente das agências de notícias internacionais, das ONGs, e de outros intervenientes da cena internacional. Alertamos para a necessidade de garantir a legitimidade e transparência dos governos e das sociedades, fazendo com que os *media* suportem a responsabilidade de uma vigilância activa.

É urgente pensar e implementar uma política de desenvolvimento sustentável na qual todos devem participar e desempenhar um papel activo.

O alcance destes Objectivos é uma condição *sine qua non* para o bem-estar internacional, para este nosso mundo globalizado de todos e todas.

Cultura e Diálogo Intercultural

Introdução

A integração da comunidade de imigrantes africanos tem sido complexa. Por vezes, a falta de integração dos filhos dos imigrantes na comunidade portuguesa tem tido consequências que levaram a consideráveis debates políticos. A possível deficiente política de integração e a falta de cidadania plena dos imigrantes tem prejudicado a relação destes com a sociedade do país de acolhimento. Neste contexto, é imperativo criar e harmonizar uma relação fecunda entre as diversas comunidades para dignificação dos imigrantes, das manifestações das suas identidades e o progresso do país de acolhimento.

O nosso grupo pretende contribuir com sugestões e métodos instrumentais concretos para a relação fecunda entre as comunidades.

As dificuldades do diálogo intercultural

Desconhecimento pela sociedade do país de acolhimento e em muitos casos dos descendentes dos imigrantes, da cultura do país de origem, da sua história, cultura de pensamento e acção das suas gentes.

Desrespeito pelas diferenças culturais e humanas sob a forma de comportamentos racistas e xenófobos.

Indiferença perante a cultura do outro, em específico às comunidades imigrantes.

Interpretação da cultura do outro, numa análise sem bases concretas e sem um conhecimento previamente fortalecido, mobilizando apenas o preconceito.

Recomendações para o diálogo intercultural

Na base do diálogo feito pelo nosso grupo, concluímos certos aspectos, que na nossa opinião são de extrema importância como contribuição para o diálogo intercultural.

Alertamos para a necessidade de execução duma política adequada que promova a integração dos imigrantes, e principalmente da segunda geração. À imagem desta política, temos o bom exemplo do projecto 'Escolhas', do ACIME, recomendando que este programa seja mais abrangente com candidaturas anuais.

Reconhecemos a importância do trabalho cívico feito pelas associações juvenis, comissões de moradores, núcleos estudantis, em contacto directo com as comunidades africanas para cooperação e co-desenvolvimento comunitário. Neste contexto, dá-se o incremento da informação sobre a cultura e a criatividade cultural dos próprios jovens. Um incremento de veículos de troca cultural entre as comunidades, possibilitando geminações juvenis, fortificando assim essas associações, criando projectos mais ambiciosos, como fomentar o intercâmbio dos jovens entre os países de origem e os países de acolhimento. Estes programas permitem levar a cultura africana, como um todo, sem perder as várias características dos países, a todos.

Deve-se dizer que, para que haja um bom desempenho destas associações, o apoio das autarquias e do poder local é essencial. Com apoios logísticos, facultando recursos ou agindo como facilitadores.

Também é de extrema importância que haja abertura das escolas primárias, secundárias e de ensino superior às culturas dos imigrantes que estão no país, com especial ênfase às escolas onde há um número significativo de estudantes de origem dum dado país. Sendo essa faixa etária determinante para uma boa formação social e humana, esta abordagem seria conceptualmente eficaz, quer para os estudantes do país de origem quer para os estudantes que têm influências de outros países.

Outro instrumento que na nossa visão é um veículo importante para o diálogo intercultural é a comunicação social. Neste tema, as principais conclusões do grupo reflectiam a falta de notícias e informações de pontos ou eventos positivos. Pelo contrário, a visibilidade dada pelos *media* generalistas, é de um continente cheio de acontecimentos negativos. Verifica-se a falta de uma selecção de informações pertinentes que leva a uma percepção enganosa do continente. Defendemos portanto uma política de informação positiva e mobilizadora.

O intercâmbio académico e científico foi outro ponto abordado e muito discutido. Um intercâmbio académico onde pudesse haver troca de conhecimento entre os diferentes continentes. Pois há ciência em África, e cada vez mais, haverá produção de conhecimento, contextualizado com a realidade e necessidades do continente. Reforçar *Erasmus* em África seria uma óptima forma de divulgar o que de bom e visionário se faz, para além de divulgar as universidades africanas.

África é um continente onde todos são bem-vindos e todos ganham uma vivência de outra dimensão.

Violência e Cultura da Paz

“Tu és a imagem da transformação que queres ver no mundo ”

M. Gandhi

As situações de conflitualidade estão normalmente relacionadas com questões estruturais de desenvolvimento, onde se destacam, a pobreza, o desemprego, as injustiças e um conjunto variado de condições materiais e sociais de sub dignidade.

Os jovens estão normalmente associados aos conflitos por um espectro variado de razões. Neste sentido, destacamos a fragilidade destes actores sociais, fruto da sua condição de pré-emancipação, o que faz com que sejam vistos como alvos fáceis de estratégias perversas de manipulação e de utilização da sua generosidade com objectivos políticos e económicos.

Falar do papel dos jovens na cultura da paz e na conflitualidade exige da nossa parte uma especial atenção. Pretendemos em primeiro lugar clarificar a nossa visão sobre alguns conceitos. Os conceitos de guerra, de paz e de violência.

Por guerra, entende-se a violência física e estrutural generalizada, embora esta definição seja redutora por não englobar realidades não violentas. Por paz, entende-se a ausência de guerra, o que não significa inexistência de violência. Por violência entende-se a utilização de mecanismos opressores físicos, culturais e sociais de privação de liberdade e autonomia. Por conflito entende-se a naturalidade das relações sociais e da manifestação de diferentes vontades individuais e colectivas.

Nós, a Juventude da diáspora Africana em Portugal, no quadro da Cimeira África-Europa de Juventude, reunidos na Caparica entre os dias 25 e 27 de Maio apelamos aos Estados e à sociedade civil.

Para a prevenção e a resolução dos conflitos é importante:

- Identificar as origens do conflito;
- Erradicar a pobreza, uma vez que desencadeia desigualdades causando frustrações. Consequentemente, geram-se mecanismos de mobilização para o conflito. O ciclo termina quando a conflitualidade gera novamente pobreza;
- Reforçar o papel da educação, em particular da educação para a paz;
- Reforçar a ideia de cultura de paz;
- Erradicar atitudes que fomentam estereótipos, preconceitos e estigmatizações sobre a comunidade africana, principalmente a faixa juvenil;
- Fiscalizar a aplicação do Código Deontológico do Jornalista a fim de evitar a promoção de notícias sensacionalistas que fomentem os estereótipos;
- Promover a aproximação entre os vários grupos, estimulando e sensibilizando a solidariedade entre os diferentes grupos sociais;

- Apoiar os bairros sociais, dando formação aos jovens, para que tenham uma melhor inserção na sociedade mas também repensar este modelo de integração;
- Elaborar memória colectiva histórica para servir como referência a futuras gerações, de modo a que essas possam reflectir sobre o passado e prevenir novos conflitos;
- Promover a dignidade humana e os direitos humanos;
- Entender os jovens como recurso para a paz e não recurso para a guerra;
- Combater de uma forma eficaz as economias de guerra através da promoção da transparência, boa governação e gestão de recursos e de um verdadeiro combate à corrupção;
- Promover o diálogo intercultural e a aliança de civilizações;
- Efectivar o compromisso 0,7% do PNB para a Ajuda Pública ao Desenvolvimento;
- Promover a boa governação;
- Controlar o tráfico ilícito de armas;
- Combater de forma efectiva a mobilização de crianças-soldado;
- Promover a inserção e reabilitação dos jovens envolvidos em conflitos;
- Promover o emprego e a coesão social;
- Estimular as relações interculturais através da participação de todos nos espaços públicos;
- Combater o binómio “exclusão social vs. segregação espacial” potenciador de violências urbanas;
- Promover as boas práticas de trabalho em torno do género, na promoção da paz;
- Promover a cooperação juvenil;
- Acabar com a violência policial;
- Cooperar com os países Africanos, sobretudo com os Estados frágeis;

Migrações, Mobilidade e Co-desenvolvimento

Nós, os jovens africanos pertencentes a várias associações juvenis e ao meio estudantil e académico em Portugal, reunidos na Cimeira da Diáspora Juvenil Africana em Portugal tivemos a preocupação e vontade de reflectir sobre a presença migratória africana na Europa, particularmente em Portugal e acerca das vantagens e desvantagens das migrações para os países de origem e de acolhimento.

Somos da opinião, que a saída de africanos para a Europa permite aos países de origem a criação de remessas que são importantes fontes de desenvolvimento e que propicia condições para a melhoria das condições de vida dos familiares. Ainda do ponto de vista económico, permite o investimento privado que gera mais emprego contribuindo para a diminuição da pobreza.

A nível social e cultural, a migração facilita mecanismos e situações de trocas culturais e transmissão de conhecimentos e visões de mundos, normalmente mais desenvolvidos, que ajudam na formação de novas mentalidades, alargando os horizontes e a divulgação do país de origem.

Contudo a saída constante de Africanos para a Europa facilita a fuga de cérebros e a conseqüente perda de quadros qualificados, o envelhecimento da população e diminuição das taxas de natalidade e desequilíbrios de género visto que os homens emigram mais do que as mulheres tendo efeitos negativos na sociedade.

Assim, defendemos algumas acções com vista à erradicação destas conseqüências negativas da emigração, para o país de origem, sobretudo para evitar a fuga de cérebros e promover o aproveitamento dos quadros nacionais; defendemos portanto o acompanhamento dos jovens estudantes durante a sua formação no exterior, motivando os jovens para que continuem a sua formação superior, no país de origem, a criação de incentivos para o retorno e condições salariais para que os quadros fiquem no país e facilitar experiências e troca de conhecimentos com outros países, dar prioridade de trabalho e de estágios a nacionais sobretudo nas empresas nacionais.

Chamamos a atenção para o facto de a concretização destas medidas serem da responsabilidade dos governos, das organizações não-governamentais e da sociedade em geral dos países emigratórios.

Estamos cientes que nós, enquanto jovens preocupados com o desenvolvimento dos nossos países e com a manutenção e estreitamento de laços África–Europa, temos de nos envolver e comprometer com estas preocupações pois como sugeriu J. F. Kennedy *“não devemos esperar o que o país pode fazer por nós mas o que nós podemos fazer pelo país”*.

Da nossa reflexão sobre as vantagens e as desvantagens da presença de imigrantes no país de acolhimento constatamos que existem benefícios para o crescimento demográfico e económico que se conjugam com o enriquecimento e trocas culturais através da presença, cada vez maior, da grande diversidade cultural trazida por imigrantes. Do ponto de vista laboral, assiste-se a um aumento da mão-de-obra (por vezes qualificada mas subaproveitada).

No entanto, existem situações negativas que se prendem sobretudo com situações de discriminação institucional e actos racistas que advêm da existência de preconceitos de que os imigrantes vêm roubar postos de trabalhos aos nacionais. Que por virem de países mais pobres, aceitam qualquer tipo de trabalho e por isso estão dispostos a ocupar cargos rejeitados pelos nacionais, resultando estes preconceitos na exploração da mão-de-obra estrangeira com salários baixos e condições de trabalho precárias.

No caso dos jovens, registamos a ocorrência de actos de discriminação social, económica, política e cultural causando insucessos e abandono escolar que os vulnerabiliza e os estigmatiza.

Defendemos que estes actos estigmatizantes dificultam as relações África–Europa e a integração dos imigrantes que chegam à Europa, recomendamos portanto que existam medidas laborais, sociais, culturais, políticas que facilitem estas relações e a criação de imagens positivas do fenómeno migratório.

Estas podem concretizar-se em pressões sobre os governos para um melhor aproveitamento dos imigrantes qualificados e uma maior vigilância e fiscalização laboral; a nível social e cultural é preciso promover debates e encontros que desmistifiquem estas ideias negativas entre as comunidades imigrantes e a sociedade portuguesa com o envolvimento também dos estudantes africanos em Portugal; é necessário a adopção de mecanismos práticos e sólidos que permitam uma integração saudável dos

imigrantes como seja a agilidade nos processos de atribuição da nacionalidade através da substituição da lei do *jus sanguis* pela lei do *jus solis*, recomendamos ainda aos partidos políticos que garantam legislativamente uma representatividade real e um maior acesso dos imigrantes a todos os centros de decisão política, assim como encorajamos aos imigrantes a um maior envolvimento nas autarquias e nos governos locais. As comunidades imigrantes devem participar e ser consultadas na procura de soluções para os problemas que as afectam, uma vez que são quem conhece a realidade e as verdadeiras necessidades.

Por fim queremos reforçar que é urgente o respeito pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e a conquista inadiável da igualdade e dignidade para todos e para todas.

Emprego, empreendedorismo e coesão social

Introdução

Como acabar com a pobreza?

Esta pergunta foi o mote para o início das nossas reflexões, tendo como área de acção a empregabilidade, o empreendedorismo e coesão social.

Estas vertentes têm uma imperial contribuição para o desenvolvimento sustentável quer das regiões, quer dos países. Uma política de promoção do empreendedorismo, estratégica e bem enquadrada, alicerça juntamente com o esforço do trabalho e visão de negócio das pessoas, sustentabilidade familiar, para além da empregabilidade a que está totalmente associada.

A discussão do nosso grupo prendeu-se com bases que sustentam políticas de empreendedorismo nos quadrantes mais imediatos, analisando a consequente empregabilidade e coesão social.

Empreendedorismo

Na análise do empreendedorismo veremos os vértices que fundamentam a sua existência.

O primeiro plano, é o plano político. Este plano é fulcral para que exista agentes empreendedores. Não será possível haver empreendedorismo numa região ou num país que não tenha estabilidade política.

Da mesma forma, terá que ser banida a corrupção e de todos os meios que a promovam, nomeadamente através da transparência na condicionalidade imposta por parte das instituições financeiras na atribuição de financiamento. Não há empreendedorismo quando o sucesso da acção empreendedora não for baseada no mérito e no trabalho executado. Se não houver uma concorrência leal, baseada na regulação das leis do mercado, simplesmente o agente empreendedor não actua.

O mercado económico terá de ser estável para que os agentes tenham confiança em investir e para que as trocas comerciais criem uma mais valia para a economia local ou nacional.

Em suma, o que é necessário é uma boa governação.

O segundo plano, é a política de apoio. Este plano é importante para a promoção e aceleração do empreendedorismo.

Apoio como os programas de micro-crédito, a que todos possam aceder, possibilita aos que têm espírito de iniciativa criar o seu próprio meio de sustento. Poderão ser dados a fundo perdido apoios, com uma rede de solidariedade económica e social. Por outro lado, poderá ser necessário pagar o dinheiro emprestado na totalidade ou mesmo com juros. Nessa perspectiva, é valioso que por exemplo, o pagamento dos juros possa servir para financiar novas empresas. Os apoios também deverão ser direccionados para os sectores de melhores perspectivas, fazendo uma racionalização dos recursos disponibilizados pelas prioridades da região ou país.

O terceiro plano, é o plano das infraestruturas - como porto, aeroporto, estradas, vias de comunicação. São as vias comunicantes entre os diversos agentes e instituições económicas. As infraestruturas deverão ser uma realidade em todas as regiões, possibilitando assim uma descentralização.

O último plano, mas não menos importante, é o plano da educação. Sendo lógico, para haver uma cultura empreendedora e de sucesso terá de haver profissionais capazes, portanto terá de haver um ensino qualificado. O contexto quer económico, quer geográfico terá de ser preponderante na estratégia do ensino e as áreas estratégicas de investimento terão de estar em conciliação com os mercados mundiais, para que possa haver exportação. A formação dos pequenos comerciantes e pessoas de regiões remotas, em áreas como a economia básica, as táticas de investimento, as formas de negócio é importante para as populações mais carenciadas. O ensino terá de ser garantido a todos pois só assim se lutará contra a pobreza.

Emprego e coesão social

No caso da África Sub-Sahariana a instabilidade política é uma das causas principais de desemprego, associada a toda a questão de fragilidade social. As condições desfavoráveis para a prática da agricultura, principal sector em muitos países (em parte devido às próprias alterações climáticas globais) também têm tido um efeito negativo na empregabilidade. Esta realidade, dificulta todo o tipo de investimento directo, quer nacional, quer estrangeiro. Neste sentido, as nossas propostas são:

No combate ao desemprego e pela coesão social

- Fomentar a igualdade de oportunidades;
- Promover a educação e a saúde universal e gratuita;
- Promover uma segurança social inclusiva e de apoio aos mais pobres e a promoção da produção nacional de bens essenciais;
- Criação de postos de trabalho;
- Reformar a produção agrícola através da formação e da criação de cooperativas;
- Criar condições e estabilidade para o desenvolvimento industrial e para o investimento directo estrangeiro;
- Combater a corrupção e estimular a boa governação;
- Promover o micro crédito e a economia social;

Cooperação e participação juvenil euroafricana, igualdade de oportunidades e cidadania

Os jovens da Diáspora Africana em Portugal presentes na sessão de preparação da Cimeira da Juventude África-Europa, debruçaram-se sobre questões da realidade social que se vive nos países africanos e que se reflectem na Europa. O nosso objectivo foi identificar pontos que devem ser aperfeiçoados e/ou implementados com vista a melhorar a cooperação entre a Europa e África. Como tal, dividimos o tema de trabalho em duas partes: a primeira, Cooperação e Participação Juvenil e a segunda, Igualdade de Oportunidades e Cidadania.

I - Cooperação e Participação Juvenil

1. Intercâmbio Juvenil: Proporcionar a troca de conhecimento e experiência entre estudantes, professores e investigadores das diferentes instituições de ensino das mais diversas áreas como forma de enriquecer e melhorar o desempenho dos mesmos. Sublinhar a importância da existência de um diálogo entre as associações juvenis, de modo a que se criem plataformas de cooperação multilateral que permitam a troca de informação, actividades e projectos como forma de dinamização do associativismo juvenil.
2. Trabalho Comunitário Juvenil: Dinamização de actividades que levem os jovens a trabalhar em projectos de (re)inserção social juntos das comunidades carenciadas. (ex: campanhas de recolha de lixo e limpeza dos espaços comunitários)
3. Projectos de Reintegração Social: Colocar à disposição de indivíduos em situação de risco mecanismos que permitam facilitar a sua reintegração na sociedade. (ex: cursos de formação profissional e vocacional)
4. Educar as Crianças para a Cidadania: criar programas educativos e interactivos, fazendo com que elas contactem com a realidade e não se deixem influenciar pelos preconceitos estabelecidos pela sociedade. Fomentar a prática da inclusão social - a escola inclusiva. (ex: dar liberdade às escolas para criarem projectos internos adaptados à sua realidade através, por exemplo, de parcerias entre escolas, instituições ONGs e associações comunitárias)

II - Igualdade de Oportunidade e Cidadania

1. O incremento de programas de microcrédito apresenta-se como uma ferramenta importante para o desenvolvimento e coesão social. Os programas de microcrédito são exemplos de sucesso no combate à exclusão social, no desenvolvimento de sectores da sociedade deficitários e na melhoria das condições de vida dos cidadãos.
2. Desburocratizar e agilizar o processo de atribuição de visto como meio de permitir a mobilidade nos diferentes sectores da sociedade civil entre países africanos e europeus, sobretudo para espaços de participação juvenil.

3. Divulgação e sensibilização para os deveres e direitos dos estrangeiros através de redes institucionais e associativas
4. Promover a mudança de mentalidades como via de erradicação de preconceitos relacionados as comunidades minoritárias.
5. Igualdade de oportunidade na procura de emprego entre género e etnias, através de incentivos fiscais as empresas e outras iniciativas.